

Sinal amarelo para o crescimento

ECONOMIA



ROBSON ANDRADE

No momento em que o mundo assiste a novos desdobramentos da crise internacional, em que as economias americana e europeia passam por turbulências e a China revela que terá um crescimento aquém do previsto, o Brasil entra em estado de alerta. Os sinais indicam que o País não está imune ao sabal dos financeiros externos. É evidente o recuo no ritmo de expansão.

Embora a demanda doméstica, impulsionada pelo consumo das famílias, se mantenha equilibrada, as expectativas em relação aos investimentos não são animadoras.

Parte significativa da demanda interna hoje está canalizada para as importações.

Não por outra razão, a contribuição líquida do setor externo para o crescimento do PIB é negativa.

Tal contexto merece grau de atenção máxima do governo e do setor privado. Convém lembrar que a perda de competitividade do produto brasileiro não está, única e necessariamente, ligada à forte valorização cambial. O problema vai além.

O salto estimado do PIB da indústria de transformação é de apenas 1,2% neste ano. Se confirmado, o desempenho coloca o Brasil na lanterna das nações emergentes. E mais: o PIB do setor como um todo deverá avançar 2,2% em 2011, taxa que nem de longe lembra os 10,1% do ano passado.

Em sintonia com os dados mais recentes, a **Confederação Nacional da Indústria (CNI)** revisou para baixo a perspectiva de geração total de riquezas do País: de 3,8% para 3,4% no ano.

A hora é de reflexão, mas também de ação. Diante do e maranhado do mercado internacional e das dificuldades já observadas no Brasil, o setor produtivo se mobiliza em torno de alternativas e propostas, projetos e políticas que assegurem fortalecimento da indústria e retomem o ritmo dinâmico da economia observado nos últimos anos.

Sabemos que o caminho do crescimento vigoroso e sustentado passa, fundamentalmente, por uma maior participação da indústria manufatureira nacional, de forma a atender à demanda doméstica, mas especialmente conquistar mercados lá fora.

A nova **política industrial** do governo, o **Plano Brasil Maior**, é um conjunto bem elaborado de medidas para proteger o País do avanço da concorrência desleal. Mas não é suficiente. O programa se mostrou tímido diante dos desafios que continuam a minar a competitividade das empresas. Falta ao plano, por

Continuação: Sinal amarelo para o crescimento

exemplo, a depreciação acelerada integral, ainda no ano de aquisição, de máquinas, equipamentos e construções industriais para efeito de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O custo fiscal da medida é reduzido e transitório, pois apenas antecipa a dedução, a ser recuperada nos posteriores.

Perdeu-se a oportunidade, também, de começar a rever os pesados encargos que recaem sobre a energia elétrica e tornam a tarifa brasileira uma das mais caras do mundo - três vezes mais elevada do que na França e Canadá e o dobro da Alemanha e EUA.

O **Plano Brasil Maior** poderia, ainda, ter iniciado o processo de transferência à iniciativa privada, por meio de concessões, da gestão dos portos públicos como forma de modernizá-los. Portos ruins e energia cara minam consideravelmente nosso poder de concorrência.

Uma economia forte só se constrói com a indústria no papel de protagonista, não de coadjuvante. In-

felizmente, nas últimas décadas, o setor perdeu espaço e importância. Em 1985, o peso da indústria no PIB brasileiro chegava a 48%. Hoje é de 26,8%. E o emprego industrial segue a trilha: em 1985 representava 31,8% do total de trabalhadores do país. Hoje, apenas 25%. As exportações industriais, que respondiam por 74,9% do bolo em 1993, agora estão em 53,4%.

O chamado custo Brasil tem relação direta com a perda do fôlego da indústria.

Além disso, o bom senso da política fiscal tem importância crucial na garantia de um ambiente seguro de negócios.

É por isso que a **CNI** espera, e cobra, também o rígido controle da expansão dos gastos públicos. Temos certeza de que, com o custo Brasil atenuado e uma ação mais forte na contenção dos gastos públicos, será possível conjugar crescimento com inflação baixa.

*É PRESIDENTE DA **CNI**